



## **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

EXCELENTÍSSIMA SENHORA PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA ESTÂNCIA  
TURÍSTICA DE JOANÓPOLIS

### **Requerimento nº 13/2026**

O vereador LUIZ MARCELO COSTA, em conjunto com os demais parlamentares que subscrevem esse requerimento, vêm respeitosamente à presença de V.Exa. **REQUERER A INSTALAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DE INQUÉRITO (CEI)**, na forma do artigo 52 e seguintes do Regimento Interno, tendo como objeto investigar indícios de irregularidades ocorridas nos procedimentos licitatórios e de dispensa de licitação do Poder Executivo deste Município, dando continuidade às investigações a respeito de provável organização criminosa já apontada no relatório final da CEI Fio da Navalha, compreendendo os exercícios de 2021 a 2024, mas com ênfase nos dois últimos exercícios.

Indica-se o nome de “CEI Fio da Navalha II” e o prazo da Comissão deverá ser de 120 (cento e vinte dias) prorrogável por até a metade, na forma do artigo 53 do Regimento Interno.

### **JUSTIFICATIVA**

A apresentação deste requerimento para a instauração da "CEI Fio da Navalha II" fundamenta-se na imperiosa necessidade de dar continuidade ao trabalho histórico iniciado pela primeira Comissão Especial de Inquérito, cujo relatório final não apenas apontou irregularidades administrativas, mas revelou a existência de uma estrutura organizada atuando no seio do Poder Executivo.

Diante da gravidade dos fatos já comprovados, que indicam a atuação de uma organização criminosa voltada ao desvio de recursos públicos, torna-se indispensável que este Parlamento estenda a fiscalização para os exercícios de 2023 e 2024. A primeira fase das investigações concentrou-se majoritariamente nos anos iniciais da gestão, e há fortes indícios de



## *Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis*

que o *modus operandi* fraudulento — caracterizado por direcionamento de licitações e simulações — tenha se perpetuado e até se intensificado nos dois últimos anos do mandato anterior, exigindo uma auditoria minuciosa sobre os contratos e dispensas deste período remanescente.

Também há diversas linhas de investigação que ficaram em aberto pela falta de tempo frente à quantidade expressiva de irregularidades que foram aparecendo durante a CEI Fio da Navalha I. É preciso retomar tais investigações.

No que tange à metodologia, é imperioso destacar que a CEI Fio da Navalha II já se inicia em um patamar investigativo substancialmente superior, beneficiando-se da 'virada metodológica' consolidada pela comissão anterior. Enquanto a primeira fase dos trabalhos exigiu um esforço inicial hercúleo para identificar padrões em meio ao caos administrativo, esta nova etapa parte de um terreno já mapeado e de técnicas de auditoria forense validadas.

Não se tratará, portanto, de uma investigação exploratória baseada em conjecturas, mas da aplicação cirúrgica de uma matriz de risco já testada e de mecanismos de cruzamento de dados que se provaram eficazes. A nova Comissão herda não apenas um acervo probatório robusto, mas um *know-how* que permitirá celeridade e precisão inalcançáveis anteriormente, focando estritamente na expansão da responsabilidade e na recuperação dos ativos desviados.

A manutenção do nome "Fio da Navalha" carrega um profundo simbolismo para este trabalho legislativo. A expressão remete à precisão cirúrgica necessária para cortar, separar e extirpar as práticas ilícitas que sangram os cofres municipais, sem ferir o interesse público legítimo. Mais do que isso, o nome evoca a linha tênue sobre a qual caminha o agente político: a fronteira entre a omissão conveniente e a coragem do enfrentamento.

Ao reavivar esta Comissão, a Câmara Municipal reafirma sua escolha pela coragem, demonstrando que não aceitará a impunidade como resposta e que a lâmina da justiça alcançará todos aqueles que agiram contra o patrimônio do povo de Joanópolis.

Por fim, a instalação desta nova CEI é a materialização da função precípua do Poder Legislativo. A Constituição Federal confere ao vereador o poder-dever de fiscalizar, e ignorar o vasto acervo probatório deixado pela investigação anterior seria um ato de prevaricação institucional.


O Parlamento local não pode se converter em um espectador passivo diante do desmonte da moralidade administrativa; ao contrário, deve ser o guardião intransigente da legalidade. Portanto, esta investigação não busca apenas punir os culpados, mas restaurar a

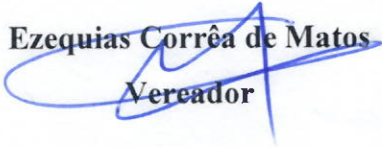


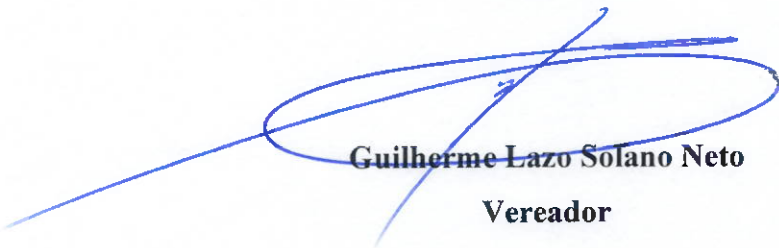
## **Câmara Municipal da Estância Turística de Joanópolis**

dignidade e a confiança nas instituições públicas desta Estância Turística, garantindo que o ciclo de impunidade seja definitivamente encerrado.

Joanópolis, 06 de fevereiro de 2026.

  
**Luiz Marcelo Costa**  
Vereador

  
**Ezequias Corrêa de Matos**  
Vereador

  
**Guilherme Lazo Solano Neto**  
Vereador



Câmara Municipal de Joanópolis  
PROTÓCOLO Nº 59-13  
DATA 06/02/26 HRS. 16:24  
ASS Jaura